



## **Territórios em movimento: análise de índices socioeconômicos para municípios receptores de fluxos migratórios**

Betty Nogueira Rocha\_ Autor 1

betty.rocha@ipea.gov.br\_ Autor 1

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

Brasil\_ Autor 1

Rodrigo Luis Comini Curi\_ Autor 1

rodrigo.curi@ipea.gov.br\_ Autor 1

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA\_ Autor 1

Brasil\_ Autor 2

Carlos Vinícius da Silva Pinto\_ Autor 3

carlos.pinto@ipea.gov.br\_ Autor 3

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA\_ Autor 2

Brasil\_ Autor 3

Bárbara Oliveira Marguti\_ Autor 4

barbara.marguti@ipea.gov.br\_ Autor 4

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA\_ Autor 4

Brasil\_ Autor 4

Marco Aurélio Costa\_ Autor 5

marco.costa@ipea.gov.br\_ Autor 5

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA\_ Autor

Brasil\_ Autor 5



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina  
La sociología en tiempos de cambio

**RESUMO:** A complexidade do conceito de migração na contemporaneidade relaciona-se, dentre outros fatores, em perceber a mobilidade com uma estratégia de reprodução social de distintos grupos. Do ponto de vista sociológico, a migração envolve três fases. A primeira refere-se à motivação para migrar, ou seja, as necessidades e condições de existência que levam uma pessoa (ou grupo) a sair de um lugar para outro; a segunda relaciona-se ao processo migratório em si, ao aspecto concreto da mobilidade física; e a terceira constitui a assimilação do migrante no território de adoção. No Brasil, a complexidade deste fenômeno pode ser observada nos intensos e recorrentes fluxos migratórios decorrentes das históricas e estruturais desigualdades socioeconômicas e, por vezes, podem definir ou impactar as condições de vida e a sociabilidade de determinada região. Dentre os fatores que podem ser afetados por estes fluxos estão o mercado de trabalho e a geração de novos postos de ocupação, a distribuição da renda, os níveis de pobreza, as condições de habitação, a infraestrutura urbana, a segurança pública, etc. Frente a essa pluralidade de questões, esse trabalho pretende analisar os impactos desses fluxos migratórios no desenvolvimento humano e na vulnerabilidade social dos municípios receptores. Como recurso metodológico serão utilizados como *proxy* dois índices, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS). O IDHM é um índice sintético elaborado a partir de uma parceria entre Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e da Fundação João Pinheiro (FJP), em busca de trazer o Índice de Desenvolvimento Humano para o nível municipal. O IVS, por sua vez, foi construído por uma iniciativa do IPEA e de outras instituições colaboradoras, estruturado por uma seleção de indicadores que retratam as situações de vulnerabilidade social no país. Ambos os índices utilizam como base de dados os Censos Demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e estão disponíveis para os anos de 2000 e 2010, sendo que o IDHM também possui informações para 1991. Esses anos representarão o recorte temporal de análise do trabalho, que será dividido em uma revisão bibliográfica sobre o tema e a análise empírica proposta.

**Palavras-chave:** fluxos migratórios; desenvolvimento humano; vulnerabilidade social; Brasil.



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina  
La sociología en tiempos de cambio

**ABSTRACT:** The complexity of the concept of migration in contemporary times is related, among other factors, to perceive the mobility as a social reproduction strategy of distinct groups. In the sociological aspect, migration involves three phases. The first refers to the migrate motivation, that is, the necessities and conditions of existence that motivates one to go from one place to another; the second is related to the migratory process, to the concrete aspect of physical mobility; the third constitutes in the migrant assimilation in the territory of destiny. In Brazil, the complexity of this phenomenon can be observed in the intense and recurrent migration fluxes as a result of historical and structural socioeconomic inequalities and, sometimes, can define or impacts the life conditions and sociability of a certain region. Among the factors that could be affected by this fluxes are the labor market and the creation of new occupation posts, the income distribution, the levels of poverty, the habitational conditions, the urban infrastructure, the public security, etc. Faced with this plurality of questions, this paper aims to analysis the migratory fluxes impacts in the human development and social vulnerability of the destination municipalities. As a methodological resource, it will be used as proxy two indexes, the Municipal Human Development Index (IDHM) and the Social Vulnerability Index (IVS). The IDHM is a synthetic index developed from a partnership between the Applied Economic Research Institute (IPEA), the United Nations Development Programme (UNDP) and João Pinheiro Foundation (FJP), with the purpose of bring the Human Development Index to the municipal level. The IVS, on the other hand, was constructed by an initiative of IPEA and other collaboration institutes, structured by a selection of indicators that describe the situations of social mobility in the country. Both the indexes utilized as data base the Demographic Census realized by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), and are available for the years of 2000 and 2010. The IDHM also has information for 1991. This years will represent the temporal clipping of analysis for this paper, which will be divided into a bibliographic revision about the theme and the empirical analysis proposed.

**Key-words:** migratory fluxes; Municipal Human Development Index; Social Vulnerability Index; Brazil.

## **I. Introdução**

A complexidade dos estudos sobre fluxos migratórios envolve três fases distintas da migração, a saber: as motivações para o indivíduo e o grupo sair de seu local de origem, o processo concreto da mobilidade e as condições de assimilação no local de destino. No Brasil, a análise dos fluxos migratórios está fortemente relacionada com as históricas e estruturais desigualdades sociais, em que as disparidades de condições de vida representam fatores de expulsão e atração populacional no país. Esses movimentos podem afetar o padrão social e a sociabilidade de determinado território a partir de impactos no mercado de trabalho, nas condições de infraestrutura, nos níveis de pobreza e exclusão social, na segurança pública, nas demandas sociais, etc.

No intuito de contribuir para o debate, esse trabalho apresenta algumas inserções reflexivas a partir de dois recortes de tempo, 2000 e 2010. Utiliza-se como variável analítica o percentual de população migrante nos municípios a fim de verificar aqueles com maior recepção de migrantes em 2000 com o propósito de analisar a evolução dos indicadores de desenvolvimento humano e de vulnerabilidade social de 2000 para 2010. Para a determinação dos níveis de recepção de migrantes foram utilizados os dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, com base na metodologia de migração por data fixa. Para a caracterização do desenvolvimento humano e vulnerabilidade social serão utilizados como referência o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), produzido a partir da parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro (FJP), e o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Vale ressaltar que frente à pluralidade e complexidade das relações entre os diversos fatores que abrangem a problemática da migração, essa investigação não tem intenção de apresentar conclusões sobre impactos positivos ou negativos nos níveis de desenvolvimento humano e vulnerabilidade social dos municípios receptores de migrantes. Devido os limites deste artigo, o objetivo aqui é apresentar uma metodologia de sistematização de dados e indicadores no intuito de observar tendências e apresentar algumas hipóteses que poderão subsidiar ou incentivar investigações futuras.

## **I. Marco teórico e conceitual**

A organização da população no território brasileiro ao longo da segunda metade do século XX esteve fortemente relacionada com as migrações internas estimuladas pela industrialização e expansão das fronteiras agrícolas no bojo de um processo de desenvolvimento alicerçado na expansão da urbanização. Este processo além de ocasionar uma significativa transferência da população do campo para a cidade com forte concentração dos fluxos migratórios da região Nordeste para o Sudeste, se manifesta, também, naquilo que alguns autores (GOUVEA, 2005; BALBIM et al, 2011; ROMANELLI & ABIKO, 2011) definem como processo de metropolização.

Nos anos 1970 a matriz institucional das regiões metropolitanas foi impulsionada pela política de desenvolvimento regional e nacional em diálogo com as diretrizes do II Plano Nacional de Desenvolvimento (BALBIM et al, 2011) sendo o estímulo às migrações internas um dos fatores fundamentais para o que se convencionou denominar como “ocupação dos espaços vazios” do território nacional (ROCHA, 2008). Pode-se afirmar que esta foi uma das estratégias do governo militar para viabilizar a inserção do Brasil nos moldes do capitalismo internacional resultando em mudanças significativas nas escalas produtivas e nos fluxos migratórios.

Mudanças expressivas nas características desses fluxos foram observadas a partir da década de 1980 e, nas palavras de CUNHA e BAENINGER (2007), a sua especificidade estava relacionada com novas tendências da dinâmica populacional devido a ocorrência de movimentos de curta distância, migração de retorno e migração intra-regional denotando uma mudança nos processos históricos das migrações e, por conseguinte, explicitando a complexidade desses fluxos, sobretudo, no início dos anos 2000. Neste sentido, a usual teoria de atração e repulsão, vastamente utilizada na literatura sobre fluxos migratórios, já não dava conta de explicar o fenômeno em curso.

Os movimentos migratórios, independente das suas facetas, são expressões de diferentes fenômenos sociais e, portanto, expressões contemporâneas das dinâmicas e desenvolvimento da sociedade (JARDIM, 2011). No contexto atual da economia e da reestruturação produtiva evidencia-se um descolamento da relação migração-industrialização, migração-fronteira agrícola,

migração-desconcentração industrial, migração-emprego que, em períodos recentes, são insuficientes para explicar a complexidade dos movimentos migratórios (BAENINGER, 2008). Os novos fluxos migratórios na contemporaneidade são mais complexos, fluidos, volumosos, compostos de idas e vindas capazes de denotar por vezes circularidade, onde a provisoriedade torna-se significativa para compreendermos o caráter temporário das migrações. Esta fluidez está evidentemente relacionada com a facilidade que o migrante tem hoje de conectar vários territórios ao mesmo tempo conferindo, portanto, um novo dinamismo às migrações.

As causas e motivações para a decisão de migrar são múltiplas e de contornos imprecisos. Como dito anteriormente, o exercício metodológico aqui apresentado, não tem por objetivo apresentar conclusões sobre as causas ou consequências dos fluxos migratórios, tampouco parte do conhecido recurso metodológico de análise de saldos, trocas ou perdas migratórias. Busca-se, por outro lado, estabelecer uma reflexão sobre o comportamento e da concentração de fluxos de migrantes e sua relação, ou não, com os indicadores de desenvolvimento humano municipal e de vulnerabilidade social.

### **III. Apontamentos metodológicos**

A identificação dos municípios que mais receberam migrantes foi estabelecida com base nos dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Para captar esses fluxos utilizou-se a metodologia de migração por data fixa (IBGE, 2000). Nesse método, a migração é captada a partir da comparação entre o lugar de residência anterior do indivíduo em um tempo específico, que no caso do IBGE é o local de residência 5 anos antes da data de referência da aplicação do Censo, e o local de residência no dia da aplicação do questionário<sup>1</sup>.

Com isso, é possível captar os fluxos migratórios nesse período do tempo. Caso o local de residência do indivíduo 5 anos antes da data de referência do Censo for diferente da residência atual, ele é classificado como migrante, e com isso é possível medir tanto os fluxos de emigração

---

<sup>1</sup> Para o Censo de 2000, a pergunta se referia à qual o município de residência em 31.07.1995, e para o de 2010, em que município residia em 31.07.2005. Ver <https://ww2.ibge.gov.br/home/>.



XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

quanto de imigração, bem como o saldo migratório. Para os propósitos do trabalho, o foco foi a recepção de migrantes nos municípios brasileiros, de modo a determinar quais municípios detinham um maior nível de população migrante relativo à população total na data de referência dos Censos. Com isso, produziu-se o indicador de % da população migrante em relação a total, em cada município, para os anos de 2000 e 2010.

Nesta direção, o propósito do texto é analisar as condições de desenvolvimento humano e vulnerabilidade social nos municípios que se destacam pela quantidade de migrantes recebidos nos períodos citados. Para isso serão utilizados como referência o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), índice produzido pela parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro (FJP), e o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), produzido pelo IPEA com o suporte de pesquisadores e técnicos, do qual fazem parte o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) em Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial.

O IDHM surgiu com o propósito de adaptação da metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>2</sup> global para aplicação nos 5.565 municípios brasileiros, a partir dos dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Atlas do Desenvolvimento Humano nos Municípios Brasileiros foi lançado em 2013 juntamente com a plataforma online<sup>3</sup> de consulta ao índice e também a mais de 200 indicadores.

O índice expressa, portanto, as condições de desenvolvimento humano de determinada territorialidade com foco nas situações educacionais, de renda e saúde de sua população. O índice sintético possui valores de zero a 1 – limites que representam a situação de mínimo e máximo desenvolvimento humano, respectivamente – distribuídos nas faixas de desenvolvimento tal como mostradas no gráfico 1. Sendo assim, quanto maior o valor do índice, maior o nível de desenvolvimento humano de determinado território.

---

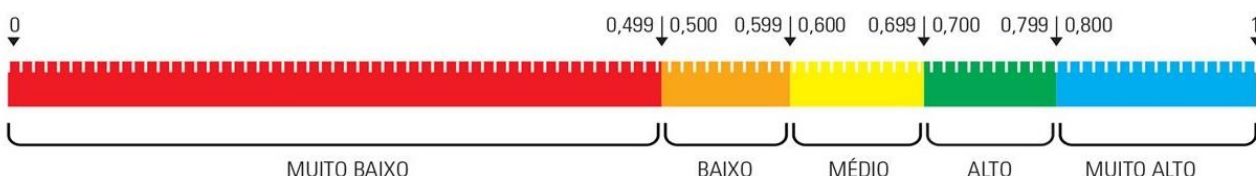
<sup>2</sup> Os conceitos de desenvolvimento humano, bem como o IDH, foram apresentados em 1990 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em seu primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano. A conceituação apresentada foi idealizada pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, com contribuições do pensamento de Amartya Sen.

<sup>3</sup> Maiores informações acessar <http://atlasbrasil.org.br/2013/>.



**Gráfico 1: faixas do desenvolvimento humano municipal**

**Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal**



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.

Por sua vez, o Índice de Vulnerabilidade Social foi lançado pelo IPEA em 2015 por meio da plataforma Atlas da Vulnerabilidade Social (AVS). O índice surgiu de um amplo esforço de investigação, elaboração e georreferenciamento de indicadores que pudessem dimensionar as condições de vulnerabilidade social dos indivíduos em suas diversas formas. O arcabouço conceitual de vulnerabilidade utilizado para a construção do IVS entende essa situação como a ausência ou insuficiência de elementos fundamentais para a realização de um patamar mínimo de bem-estar para o indivíduo<sup>4</sup>.

Dada a concepção teórica, o índice foi construído a partir da seleção de 16 indicadores extraídos do ADH, conforme sua importância na determinação de situações de vulnerabilidade social da população, em que manifestam tais situações a partir das condições de infraestrutura urbana, capital humano e trabalho e rendimento da população de determinado território.

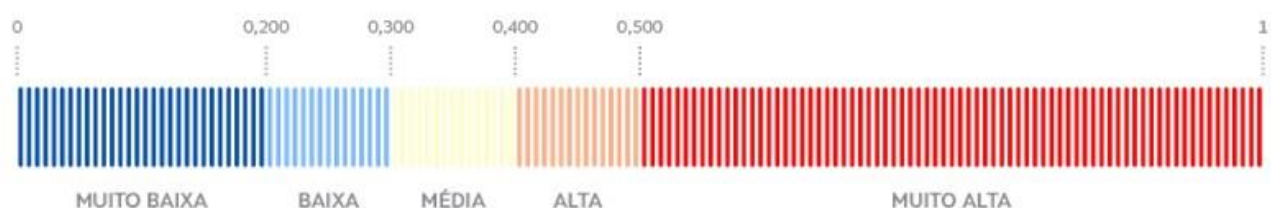
Esse índice surge a partir do questionamento com relação à possibilidade de regiões de alto desenvolvimento humano apresentarem níveis de baixa vulnerabilidade social, e, de forma análoga, onde houvesse baixo desenvolvimento humano os níveis de vulnerabilidade social seriam altos. O IVS surge como um indicador sintético capaz de dialogar com o IDHM, de forma a adicionar e complementar a caracterização socioeconômica de um determinado território ao expressar as distintas faces e situações de condições de vida. Seus valores variam também de 0 a 1 – em que 0 representa ausência de vulnerabilidade social e 1 a máxima vulnerabilidade social possível

<sup>4</sup> Para uma discussão de maior profundidade sobre a construção teórica e empírica do IVS consulte a plataforma Atlas de Vulnerabilidade Social em <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>.



-, e, como forma de indicar um “espelho” da régua do IDHM, quanto maior o valor do índice, pior as condições de vida determinadas pelas situações de vulnerabilidade (gráfico 2).

**Gráfico 2: faixas de vulnerabilidade social**



Fonte: Atlas da Vulnerabilidade Social, 2015.

Sendo assim, ambos os índices conformam uma caracterização das condições de vida dos indivíduos de determinado território, e podem evidenciar aspectos importantes das trajetórias de desenvolvimento dos municípios receptores de migrantes.

#### **IV. Análise e discussão de dados**

Os mapas 1 e 2 mostram a porcentagem de migrantes na população total dos municípios, para os anos de 2000 e 2010. Percebe-se uma concentração de municípios que receberam um maior número de migrantes na região Centro-Oeste do Brasil, tanto em 2000 quanto em 2010. Estes se encontram na faixa entre 30,01% e 40% e entre 40,1% e 60,18% da população total. Além disso, a região Norte também mostra focos de recepção de migrantes, sobretudo nas áreas de expansão da fronteira agrícola. Este fenômeno está fortemente atrelado ao avanço da fronteira agrícola mais recente na região amazônica em virtude do boom das commodities nos anos 2000, a existência de terras mais baratas e também pela busca de diversificação da produção agropecuária que nas últimas décadas foi capaz de assimilar contingente significativo de mão de obra.

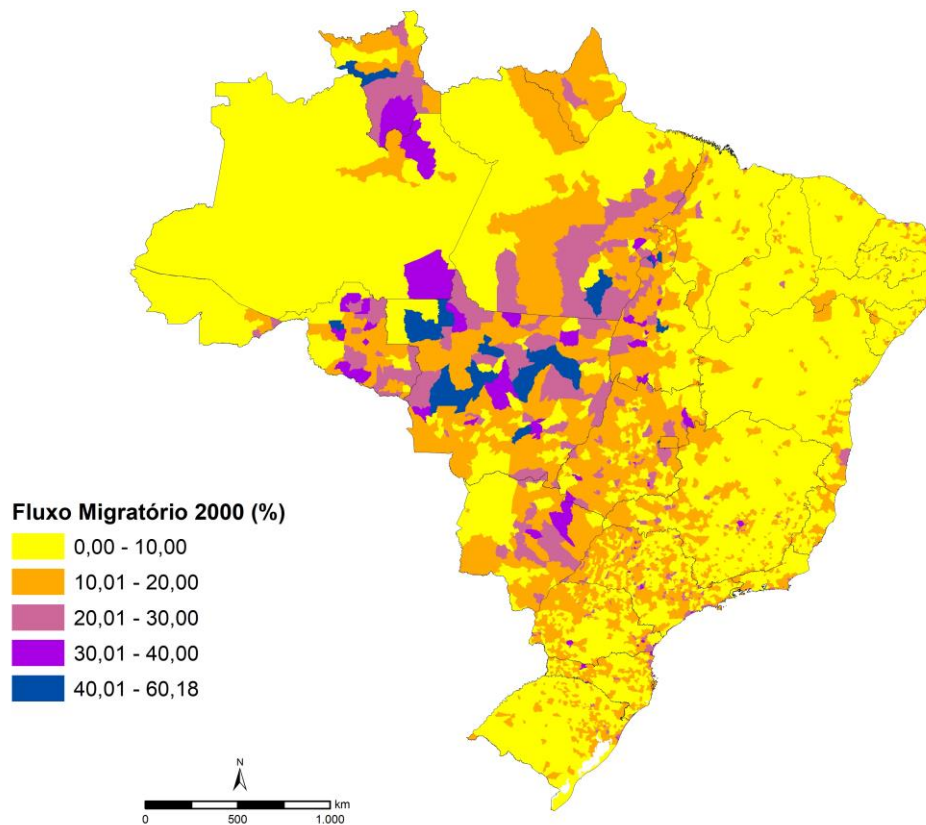


**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina  
La sociología en tiempos de cambio

**Mapa 1: Percentual (%) da população migrante por município, em 2000**



Fonte: Censo Demográfico 2000. Elaboração: Clayton Gurgel de Albuquerque, 2017.



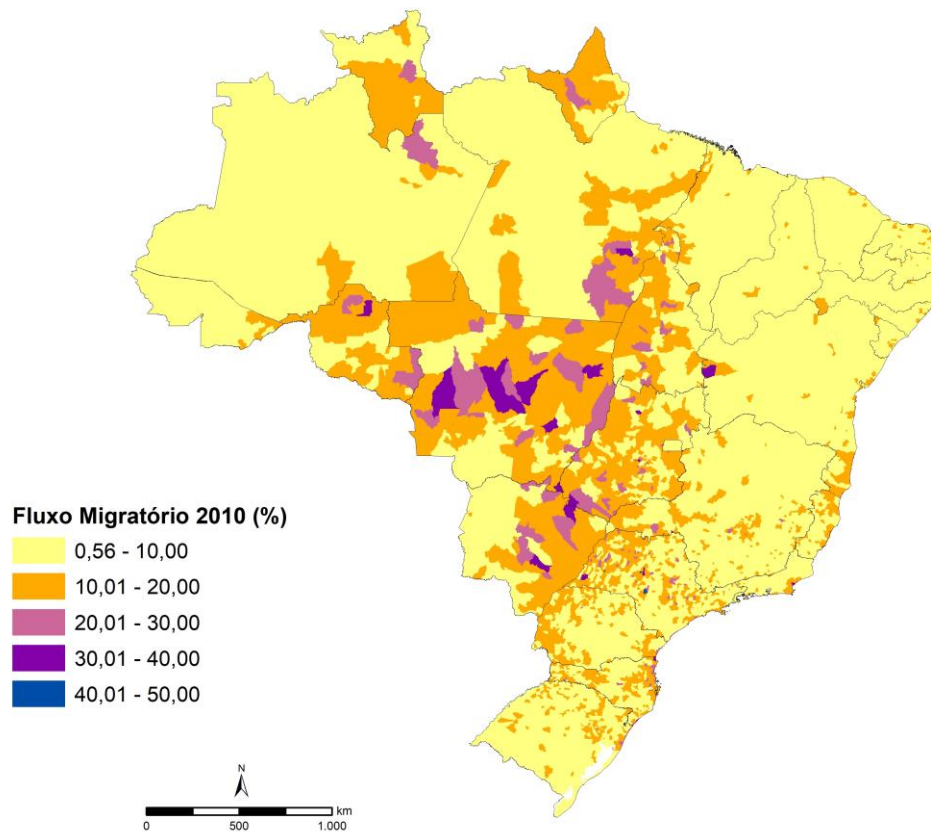
XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

**Mapa 2: Percentual (%) da população migrante por município, em 2010**



Fonte: Censo Demográfico 2000. Elaboração: Clayton Gurgel de Albuquerque, 2017.

Dado o propósito central do trabalho, de análise dos níveis de IVS e IDHM dos municípios com maior recepção de migrantes no Brasil em 2000 e comparação de seus valores e evolução com a média nacional e com as UFs desses municípios, as tabelas 1 e 2 mostram os municípios que possuíam maiores taxas de população residente proveniente de migração, para os anos de 2000 e 2010, respectivamente.



XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

**Tabela 1 – Municípios com mais de 35% de migrantes no total da população em 2000**

| Municípios com 30% ou mais de migrantes em 2000 no total da população | % de migrantes na população total do município- 2000 |
|-----------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------|
| Buritis (RO)                                                          | 60,18                                                |
| Sapezal (MT)                                                          | 59,91                                                |
| Campos de Júlio (MT)                                                  | 57,09                                                |
| Águas Lindas de Goiás (GO)                                            | 52,86                                                |
| Querência (MT)                                                        | 50,42                                                |
| Piraquê (TO)                                                          | 49,66                                                |
| Feliz Natal (MT)                                                      | 48,31                                                |
| União do Sul (MT)                                                     | 46,42                                                |
| Aragominas (TO)                                                       | 45,41                                                |
| Aripuanã (MT)                                                         | 44,91                                                |
| Campo Novo do Parecis (MT)                                            | 44,89                                                |
| Tapurah (MT)                                                          | 43,64                                                |
| Tabaporã (MT)                                                         | 43,57                                                |
| Iracema (RR)                                                          | 42,45                                                |
| Cumaru do Norte (PA)                                                  | 42,34                                                |
| Nova Maringá (MT)                                                     | 42,12                                                |
| Cotriguaçu (MT)                                                       | 42,12                                                |
| Lajeado (TO)                                                          | 41,84                                                |
| Nova Ubiratã (MT)                                                     | 41,77                                                |
| Palmas (TO)                                                           | 41,58                                                |
| Balneário Arroio do Silva (SC)                                        | 41,38                                                |
| Campo Verde (MT)                                                      | 41,23                                                |
| São Francisco do Guaporé (RO)                                         | 39,68                                                |
| Águas de São Pedro (SP)                                               | 39,6                                                 |
| Flores de Goiás (GO)                                                  | 39,18                                                |
| Nova Lacerda (MT)                                                     | 38,89                                                |
| Rio Bonito do Iguaçu (PR)                                             | 38,25                                                |
| Rio Quente (GO)                                                       | 38,11                                                |
| Nova Mutum (MT)                                                       | 38,09                                                |
| Nova Bandeirantes (MT)                                                | 37,93                                                |
| Campo Novo de Rondônia (RO)                                           | 37,56                                                |
| Balneário Pinhal (RS)                                                 | 37,2                                                 |
| Santa Rita do Tocantins (TO)                                          | 36,86                                                |
| Abadia de Goiás (GO)                                                  | 36,14                                                |
| Lucas do Rio Verde (MT)                                               | 35,97                                                |
| Rio Preto da Eva (AM)                                                 | 35,5                                                 |
| Passos Maia (SC)                                                      | 35,48                                                |
| Pugmil (TO)                                                           | 35,43                                                |

Fonte: Censo Demográfico, 2000.

Além da concentração de municípios receptores de migração na região Centro-Oeste em 2000, observa-se que grande parte desses municípios estão localizados no estado do Mato Grosso (tabela 1). Tendência semelhante é observada em 2010, no entanto com mudança no eixo de concentração nos municípios da UF de São Paulo (tabela 2). A comparação entre as tabelas 1 e 2 apresenta também uma queda no fluxo migratório, uma vez que o limite superior para os municípios com população migrante em 2000 é de Buritis (RO), com 60% de sua população de 2000 proveniente de migrações entre julho de 1995 e julho de 2000. Por outro lado, em 2010 esse limite se mostra em Pracinha (SP), com uma taxa de aproximadamente 49,7%.

**Tabela 2 - Municípios com mais de 35% de migrantes no total da população em 2010**

| <b>Municípios com 30% ou mais de migrantes em 2010<br/>no total da população</b> | <b>% de migrantes na população total do município-<br/>2010</b> |
|----------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|
| Pracinha (SP)                                                                    | 49,66                                                           |
| Balbinos (SP)                                                                    | 49,1                                                            |
| Iaras (SP)                                                                       | 42,93                                                           |
| Ipiranga do Norte (MT)                                                           | 39,74                                                           |
| <b>Nova Mutum (MT)</b>                                                           | <b>37,62</b>                                                    |
| Serra Nova Dourada (MT)                                                          | 37,28                                                           |
| <b>Cujubim (RO)</b>                                                              | <b>36,48</b>                                                    |
| <b>Sapezal (MT)</b>                                                              | <b>36,21</b>                                                    |
| <b>Lucas do Rio Verde (MT)</b>                                                   | <b>36,06</b>                                                    |
| <b>Campos de Júlio (MT)</b>                                                      | <b>35,76</b>                                                    |
| Alto Horizonte (GO)                                                              | 35,45                                                           |
| Luís Eduardo Magalhães (BA)                                                      | 35,3                                                            |

Fonte: Censo Demográfico, 2000.

\* Os municípios em negrito são aqueles que possuíam essa porcentagem de migrantes em 2000.

As tabelas 3 e 4 apresentam a evolução do IVS e do IDHM entre 2000 e 2010 para os municípios com maior fluxo de migração. A partir dessas informações é possível perceber como esses municípios receptores de fluxos migratórios em 2000 evoluíram em no que se refere aos indicadores de desenvolvimento humano e vulnerabilidade social entre 2000 e 2010.



XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

**Tabela 3: Evolução do IVS para os municípios receptores de migração (2000 – 2010)**

| Municípios com 35% ou mais de migrantes em 2000 no total da população | % de migrantes na população total do município- 2000 | IVS 2000 | IVS 2010     | Variação do IVS (2000 - 2010) (%) |
|-----------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------|----------|--------------|-----------------------------------|
| Tabaporã (MT)                                                         | 43,57                                                | 0,536    | 0,225        | -58,02                            |
| Nova Maringá (MT)                                                     | 42,12                                                | 0,539    | 0,277        | -48,61                            |
| Rio Quente (GO)                                                       | 38,11                                                | 0,282    | 0,148        | -47,52                            |
| Piraquê (TO)                                                          | 49,66                                                | 0,59     | 0,344        | -41,69                            |
| Águas Lindas de Goiás (GO)                                            | 52,86                                                | 0,634    | 0,375        | -40,85                            |
| Feliz Natal (MT)                                                      | 48,31                                                | 0,516    | 0,307        | -40,5                             |
| Palmas (TO)                                                           | 41,58                                                | 0,389    | 0,236        | -39,33                            |
| Rio Bonito do Iguaçu (PR)                                             | 38,25                                                | 0,512    | 0,311        | -39,26                            |
| Balneário Arroio do Silva (SC)                                        | 41,38                                                | 0,319    | 0,194        | -39,18                            |
| Pugmil (TO)                                                           | 35,43                                                | 0,574    | 0,353        | -38,5                             |
| Tapurah (MT)                                                          | 43,64                                                | 0,359    | 0,225        | -37,33                            |
| Abadia de Goiás (GO)                                                  | 36,14                                                | 0,462    | 0,292        | -36,8                             |
| Campo Novo do Parecis (MT)                                            | 44,89                                                | 0,307    | 0,195        | -36,48                            |
| Lucas do Rio Verde (MT)                                               | 35,97                                                | 0,306    | 0,196        | -35,95                            |
| Lajeado (TO)                                                          | 41,84                                                | 0,545    | 0,353        | -35,23                            |
| Águas de São Pedro (SP)                                               | 39,6                                                 | 0,173    | 0,113        | -34,68                            |
| Nova Lacerda (MT)                                                     | 38,89                                                | 0,576    | 0,378        | -34,38                            |
| Querência (MT)                                                        | 50,42                                                | 0,463    | 0,305        | -34,13                            |
| Buritis (RO)                                                          | 60,18                                                | 0,576    | 0,38         | -34,03                            |
| Nova Bandeirantes (MT)                                                | 37,93                                                | 0,548    | 0,362        | -33,94                            |
| Passos Maia (SC)                                                      | 35,48                                                | 0,422    | 0,281        | -33,41                            |
| Aripuanã (MT)                                                         | 44,91                                                | 0,51     | 0,342        | -32,94                            |
| Campo Verde (MT)                                                      | 41,23                                                | 0,306    | 0,211        | -31,05                            |
| Balneário Pinhal (RS)                                                 | 37,2                                                 | 0,376    | 0,26         | -30,85                            |
| Nova Mutum (MT)                                                       | 38,09                                                | 0,269    | 0,191        | -29                               |
| <b>Flores de Goiás (GO)</b>                                           | 39,18                                                | 0,678    | <b>0,482</b> | <b>-28,91</b>                     |
| <b>Santa Rita do Tocantins (TO)</b>                                   | 36,86                                                | 0,611    | <b>0,437</b> | <b>-28,48</b>                     |
| Sapezal (MT)                                                          | 59,91                                                | 0,35     | 0,252        | -28                               |
| <b>São Francisco do Guaporé (RO)</b>                                  | 39,68                                                | 0,593    | <b>0,429</b> | <b>-27,66</b>                     |
| <b>Campo Novo de Rondônia (RO)</b>                                    | 37,56                                                | 0,662    | <b>0,482</b> | <b>-27,19</b>                     |
| <b>Aragominas (TO)</b>                                                | 45,41                                                | 0,618    | <b>0,456</b> | <b>-26,21</b>                     |
| <b>Cumaru do Norte (PA)</b>                                           | 42,34                                                | 0,74     | <b>0,548</b> | <b>-25,95</b>                     |
| União do Sul (MT)                                                     | 46,42                                                | 0,388    | 0,292        | -24,74                            |
| Campos de Júlio (MT)                                                  | 57,09                                                | 0,292    | 0,223        | -23,63                            |
| <b>Rio Preto da Eva (AM)</b>                                          | 35,5                                                 | 0,603    | <b>0,474</b> | <b>-21,39</b>                     |
| <b>Cotriguaçu (MT)</b>                                                | 42,12                                                | 0,549    | <b>0,436</b> | <b>-20,58</b>                     |
| Nova Ubiratã (MT)                                                     | 41,77                                                | 0,334    | 0,328        | -1,8                              |
| <b>Iracema (RR)</b>                                                   | 42,45                                                | 0,537    | <b>0,535</b> | <b>-0,37</b>                      |

Fonte: Atlas da Vulnerabilidade Social, 2015.



Na análise do IVS percebe-se uma variação expressiva na redução de vulnerabilidade social em quase todos municípios analisados, porém, com algumas ressalvas. Cumaru do Norte (0,548) no Pará e Iracema (0,535) em Roraima permanecem na faixa de alta vulnerabilidade social. Vale destacar que no caso do município paraense registra-se uma redução de aproximadamente 26% da vulnerabilidade de 2000 para 2010, ao passo que no município roraimense nota-se um comportamento diferente do padrão observado na maioria dos municípios brasileiros com redução de apenas 0,37% no período analisado. Destaque também para os municípios de Flores de Goiás (0,482) em Goiás; Santa Rita do Tocantins (0,437) e Aragominas (0,456) no Tocantins; São Francisco do Guaporé (0,429) e Campo Novo de Rondônia (0,482) em Rondônia; Rio Petro da Eva (0,474) no Amazonas e Cotriguaçu (0,436) no Mato Grosso que apesar de registrarem redução da vulnerabilidade acima de 20% no período, continuam na faixa de alta vulnerabilidade social.

Como o IVS é composto por um conjunto de indicadores, numa investigação mais apurada que os limites impostos neste trabalho, é possível analisar quais são as dimensões que contribuíram para a redução da vulnerabilidade, bem como aqueles que permaneceram inalterados ou pioraram ao longo do período. No caso dos municípios do Norte e Centro-Oeste geralmente a dimensão de infraestrutura urbana registra menor sensibilidade justamente devido aos já conhecidos problemas de saneamento básico (abastecimento de água e esgotamento inadequados) e precariedade no sistema de coleta de lixo na região.

Interessante notar na comparação entre as duas tabelas que os municípios com maior redução do IVS não são necessariamente aqueles com maior aumento do IDHM, o que indica que ambos os índices não expressam correlação perfeita de acordo com o desenvolvimento socioeconômico de um determinado território, mas sim se complementam na análise da melhoria da qualidade de vida da população de determinado território<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> A análise conjunta do IVS e do IDHM como forma de percepção das condições e evolução socioeconômica dos municípios oferece o que se denominou pelo IPEA de *prosperidade social*. Entende-se por prosperidade social a ocorrência simultânea de um alto desenvolvimento humano com uma baixa vulnerabilidade social, indicando uma ocorrência de desenvolvimento humano menos vulnerável e socialmente mais próspero em determinado território (IPEA, 2015).





**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

**Tabela 4: Evolução do IDHM para os municípios receptores de migração (2000 – 2010)**

| <b>Municípios com 35% ou mais de migrantes em 2000 no total da população</b> | <b>% de migrantes na população total do município- 2000</b> | <b>IDHM 2000</b> | <b>IDHM 2010</b> | <b>Variação do IDHM (2000 - 2010) (%)</b> |
|------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|------------------|------------------|-------------------------------------------|
| Santa Rita do Tocantins (TO)                                                 | 36,86                                                       | 0,43             | 0,651            | 51,40                                     |
| Nova Bandeirantes (MT)                                                       | 37,93                                                       | 0,434            | 0,65             | 49,77                                     |
| Pugmil (TO)                                                                  | 35,43                                                       | 0,45             | 0,669            | 48,67                                     |
| Buritis (RO)                                                                 | 60,18                                                       | 0,415            | 0,616            | 48,43                                     |
| Aragominas (TO)                                                              | 45,41                                                       | 0,402            | 0,593            | 47,51                                     |
| Piraquê (TO)                                                                 | 49,66                                                       | 0,431            | 0,621            | 44,08                                     |
| São Francisco do Guaporé (RO)                                                | 39,68                                                       | 0,434            | 0,611            | 40,78                                     |
| Rio Preto da Eva (AM)                                                        | 35,50                                                       | 0,434            | 0,611            | 40,78                                     |
| Nova Maringá (MT)                                                            | 42,12                                                       | 0,475            | 0,663            | 39,58                                     |
| Águas Lindas de Goiás (GO)                                                   | 52,86                                                       | 0,497            | 0,686            | 38,03                                     |
| Campo Novo de Rondônia (RO)                                                  | 37,56                                                       | 0,432            | 0,593            | 37,27                                     |
| Nova Lacerda (MT)                                                            | 38,89                                                       | 0,464            | 0,636            | 37,07                                     |
| Tabaporã (MT)                                                                | 43,57                                                       | 0,51             | 0,695            | 36,27                                     |
| Cumaru do Norte (PA)                                                         | 42,34                                                       | 0,405            | 0,55             | 35,80                                     |
| Rio Bonito do Iguazu (PR)                                                    | 38,25                                                       | 0,466            | 0,629            | 34,98                                     |
| Feliz Natal (MT)                                                             | 48,31                                                       | 0,515            | 0,692            | 34,37                                     |
| Flores de Goiás (GO)                                                         | 39,18                                                       | 0,447            | 0,597            | 33,56                                     |
| Lajeado (TO)                                                                 | 41,84                                                       | 0,506            | 0,675            | 33,40                                     |
| Nova Ubiratã (MT)                                                            | 41,77                                                       | 0,515            | 0,669            | 29,90                                     |
| Querência (MT)                                                               | 50,42                                                       | 0,541            | 0,692            | 27,91                                     |
| Cotriguaçu (MT)                                                              | 42,12                                                       | 0,47             | 0,601            | 27,87                                     |
| Aripuanã (MT)                                                                | 44,91                                                       | 0,528            | 0,675            | 27,84                                     |
| União do Sul (MT)                                                            | 46,42                                                       | 0,525            | 0,665            | 26,67                                     |
| Abadia de Goiás (GO)                                                         | 36,14                                                       | 0,569            | 0,708            | 24,43                                     |
| Campo Novo do Parecis (MT)                                                   | 44,89                                                       | 0,595            | 0,734            | 23,36                                     |
| Sapezal (MT)                                                                 | 59,91                                                       | 0,601            | 0,732            | 21,80                                     |
| Passos Maia (SC)                                                             | 35,48                                                       | 0,543            | 0,659            | 21,36                                     |
| Palmas (TO)                                                                  | 41,58                                                       | 0,654            | 0,788            | 20,49                                     |
| Rio Quente (GO)                                                              | 38,11                                                       | 0,612            | 0,731            | 19,44                                     |
| Nova Mutum (MT)                                                              | 38,09                                                       | 0,64             | 0,758            | 18,44                                     |
| Campo Verde (MT)                                                             | 41,23                                                       | 0,638            | 0,75             | 17,55                                     |
| Campos de Júlio (MT)                                                         | 57,09                                                       | 0,636            | 0,744            | 16,98                                     |
| Lucas do Rio Verde (MT)                                                      | 35,97                                                       | 0,658            | 0,768            | 16,72                                     |
| Tapurah (MT)                                                                 | 43,64                                                       | 0,624            | 0,714            | 14,42                                     |
| Balneário Arroio do Silva (SC)                                               | 41,38                                                       | 0,654            | 0,746            | 14,07                                     |
| Balneário Pinhal (RS)                                                        | 37,20                                                       | 0,618            | 0,696            | 12,62                                     |
| Iracema (RR)                                                                 | 42,45                                                       | 0,518            | 0,582            | 12,36                                     |
| Águas de São Pedro (SP)                                                      | 39,60                                                       | 0,791            | 0,854            | 7,96                                      |

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2015.

As tabelas 5 e 6 evidenciam as variações do IVS e do IDHM, respectivamente, para a média do Brasil e das UFs entre os anos de 2000 e 2010. Com isso, podemos analisar comparativamente a evolução do IVS e do IDHM entre os municípios com maior recepção de migração em 2000 e a média nacional e de seus estados.

**Tabela 5 – Evolução do IVS para o Brasil e UFs selecionadas (2000 – 2010)**

| UF                | IVS 2000     | IVS 2010     | Variação do IVS<br>(2000 - 2010) (%) |
|-------------------|--------------|--------------|--------------------------------------|
| <b>Brasil</b>     | <b>0,446</b> | <b>0,326</b> | <b>-26,91</b>                        |
| Goiás             | 0,457        | 0,331        | -27,57                               |
| Mato Grosso       | 0,428        | 0,277        | -35,28                               |
| Amazonas          | 0,54         | 0,404        | -25,19                               |
| Pará              | 0,618        | 0,47         | -23,95                               |
| Rondônia          | 0,493        | 0,319        | -35,29                               |
| Roraima           | 0,461        | 0,366        | -20,61                               |
| Tocantins         | 0,551        | 0,336        | -39,02                               |
| São Paulo         | 0,388        | 0,297        | -23,45                               |
| Rio Grande do Sul | 0,327        | 0,234        | -28,44                               |
| Santa Catarina    | 0,292        | 0,192        | -34,25                               |

Fonte: Atlas da Vulnerabilidade Social, 2015.

Com relação ao IVS, a comparação entre as tabelas 3 e 5 revela que a maioria dos municípios com maior recepção de migração em 2000 apresentaram uma maior queda do IVS em relação ao Brasil (aproximadamente 27% entre 2000 e 2010), com 30 dos 38 municípios selecionados com maior redução do IVS. Interessante notar também que, em 2000, 23 dos 38 municípios receptores possuíam um IVS maior do que a média do Brasil, o que pode indicar que a vulnerabilidade no território não necessariamente representa um impedimento para a migração.

Com relação às UFs, a relação de comparação já não se mostra tão clara. No Mato Grosso, apenas 6 dos 17 municípios selecionados mostraram uma queda maior que a média do estado. No Tocantins, apenas 1 município mostrou uma evolução melhor do que a média da UF.



XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

**Tabela 6 - Evolução do IDHM para o Brasil e UFs selecionadas (2000 – 2010)**

| UF                | IDHM 2000    | IDHM 2010    | Variação do IDHM<br>(2000 - 2010) (%) |
|-------------------|--------------|--------------|---------------------------------------|
| <b>Brasil</b>     | <b>0,612</b> | <b>0,727</b> | <b>18,79</b>                          |
| Goiás             | 0,615        | 0,735        | 19,51                                 |
| Mato Grosso       | 0,601        | 0,725        | 20,63                                 |
| Amazonas          | 0,515        | 0,674        | 30,87                                 |
| Pará              | 0,518        | 0,646        | 24,71                                 |
| Rondônia          | 0,537        | 0,690        | 28,49                                 |
| Roraima           | 0,598        | 0,707        | 18,23                                 |
| Tocantins         | 0,525        | 0,699        | 33,14                                 |
| São Paulo         | 0,702        | 0,783        | 11,54                                 |
| Rio Grande do Sul | 0,664        | 0,746        | 12,35                                 |
| Santa Catarina    | 0,674        | 0,774        | 14,84                                 |

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2015.

Ao compararmos a evolução do IDHM dos municípios receptores em 2000 com o Brasil, percebe-se também que a maioria obteve um desempenho melhor que a média nacional, com 28 dos 38 municípios selecionados apresentando esse comportamento. Também um número expressivo de municípios apresentou comportamento melhor que a maioria das UFs. Destaca-se Mato Grosso, que possui um grande número de municípios receptores, e boa parte desses apresentou melhor desempenho que a média da UF para o IDHM.

## **V. Alguns apontamentos (in)conclusivos**

Esses dados evidenciam que os municípios com maiores níveis de recepção de migrantes em 2000, no geral, apresentaram melhor desempenho de evolução do IVS e do IDHM entre 2000 e 2010 em relação à média nacional e à grande parte das UFs desses municípios. Esse fato pode levantar algumas hipóteses, para investigações futuras. Uma delas é um possível impacto positivo na recepção de migrantes para o desenvolvimento socioeconômico do município. No entanto, é preciso ressaltar o intervalo de dez anos entre os Censos de 2000 e 2010, e que não

necessariamente esses municípios se mantiveram como foco de recepção de migração ao longo desses anos.

Do ponto de vista regional, observa-se uma tendência de concentração dos municípios receptores de população migrante na região Centro-Oeste os quais apresentam indicadores de vulnerabilidade social menor que a média nacional. Em 2000 dos 76 municípios com mais de 30% de população migrante 32 estavam localizados na região Centro-Oeste, isto corresponde a 42,1%. Em 2010, dos 30 municípios com mais de 30% de população migrante 18 estão localizados na região Centro-Oeste, correspondendo a 60%. Ou seja, a área de fronteira agrícola ainda concentra fluxos migratórios, muito embora estes fluxos sejam mais fluidos e dinâmicos.

Embora os dados apresentados não permitam inserções conclusivas sobre o tema, observa-se melhoria significativa dos índices de desenvolvimento humano e de vulnerabilidade social no conjunto dos municípios com maior recepção de migrantes. No entanto, não foi possível observar padrões o que denota que fatores diversos influenciam a migração corroborando a ideia de uma complexidade dos fluxos migratórios para além daquilo que indicadores sintéticos como o IDHM e IVS são capazes de captar.

## VI. Bibliografía

BAENINGER, Rosana. Rotatividade Migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI. In: **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambu, set./out., 2008.

BALBIM, Renato Nunes et al. Desafios contemporâneos na gestão das regiões metropolitanas. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.120, p.149-176, jan./jun. 2011.

BRITO, F. Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório? In: CARLEIAL, A. N. (org). **Transições migratórias**. Fortaleza: Edições IPLANCE, 2002.

BRITO, F. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. In: **Estudos Avançados**, v. 57, p. 221-236, 2006.

CASTRO, Fátima Velez. Imigração e territórios em mudança. Teoria e prática(s) do modelo de atração-repulsão numa região de baixas densidades. In: **Cadernos de Geografia Coimbra**, FLUC, n. 30-31, pp. 203-213, 2012. Disponível em < DOI:[http://dx.doi.org/10.14195/0871-1623\\_31\\_20](http://dx.doi.org/10.14195/0871-1623_31_20)>. Acesso em 27 de janeiro de 2018.



XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina  
La sociología en tiempos de cambio

CUNHA, José Marcos P., BAENINGER, Rosana. Las migraciones internas en el Brasil Cotemporáneo. In: **Notas de Población**. CEPAL/CELADE, n. 82, 2007. Disponível em <[http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/12783/np82033067\\_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/12783/np82033067_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em 23 de dezembro de 2017.

GOUVÊA, Ronaldo Guimarães. **A Questão Metropolitana no Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

IBGE. **Censo Demográfico 2000: migração e deslocamento, resultados da amostra**. IBGE, 2000.

IPEA. **Atlas da Vulnerabilidade Social**. 2015. Disponível em <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>.

JARDIM, Antônio de Ponte. Reflexões sobre a mobilidade pendular. In: OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de; OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto. (orgs.). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Estudos e Análises. Informação Demográfica e Socioeconômica. n. 1, IBGE: Rio de Janeiro, 2011.

LIMA, A.C.C. **Desenvolvimento regional e fluxos migratórios no Brasil: uma análise para o período 1980-2010**. 283fls. Tese (Doutorado em Economia) – Cedeplar, UFMG, Belo Horizonte, 2013.

PNUD; IPEA; FJP. **Atlas do Desenvolvimento Humano**, 2015. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/>, 2015.

ROCHA, Betty Nogueira. Desenvolvimento e Expansão da Fronteira Agrícola no Cerrado Brasileiro. In: **XXI Jornadas de Historia Económica**. Asociación Argentina de Historia Económica Universidad Nacional de Tres de Febrero, Caseros (Buenos Aires), set., 2008.

ROMANELLI, Carla; ABIKO, Alex K. **Processo de Metropolização no Brasil**. São Paulo: EPUSP, 2011. 34 p. (Texto Técnico da Escola Politécnica da USP). Disponível em <[http://www2.pcc.usp.br/files/text/publications/TT\\_00028.pdf](http://www2.pcc.usp.br/files/text/publications/TT_00028.pdf)>. Acesso em 23 de dezembro de 2017.